



CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
www.cesp.com.br

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. São Paulo, 07 de fevereiro de 2024.

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
Demonstração do Resultado	Consolidado		Controladora		
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita líquida		1.389.729	2.255.353	1.271.219	1.705.141
Custo do serviço de energia elétrica	5	(822.977)	(1.498.630)	(716.383)	(965.996)
Custo com energia elétrica		(383.386)	(1.040.656)	(276.792)	(508.022)
Custo com operação		(439.591)	(457.974)	(439.591)	(457.974)
Lucro bruto		566.792	756.723	554.836	739.145
Recargas (despesas) operacionais	4				
Gerais e administrativas		(86.318)	(115.978)	(79.617)	(107.085)
Outras recargas operacionais, líquidas		137.273	331.730	137.491	324.175
		50.955	215.752	57.874	217.090
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		617.747	972.475	612.710	956.235
Resultado de participações societárias		-	-	31.025	17.659
Resultado financeiro líquido	6				
Recargas financeiras		660.924	2.524.472	602.743	2.511.000
Despesas financeiras		(700.937)	(740.242)	(685.354)	(739.408)
Variações cambiais, líquidas		(40.013)	1.784.230	(82.611)	1.771.592
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		577.734	2.756.705	561.124	2.745.486
Imposto de renda e contribuição social	9				
Correntes		(621.401)	(3.115)	(605.466)	2.013
Diferidos		(405.703)	(306.973)	(405.028)	(300.882)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(449.370)	2.446.517	(449.370)	2.446.617
Quantidade média ponderada de ações - milhares		348.711	348.711	348.711	348.711
Lucro líquido básico por lote de mil ações, em reais		(1,2887)	7,0162	(1,2887)	7,0162

Demonstração do Resultado Abrangente				
	Consolidado	Controladora		
	2023	2023	2022	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(449.370)	2.446.617	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado				
Remuneração de beneficiários pós-emprego, líquido dos efeitos tributários		(201.226)	196.147	
Total do resultado abrangente do exercício		(650.596)	2.642.764	

Demonstração dos Fluxos de Caixa					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Consolidado		Controladora		
	Nota	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		577.734	2.756.705	561.124	2.745.486
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	5	390.411	404.119	390.333	404.074
Baixa de imobilizado e direitos dos contratos de arrendamento		10.696	(340)	10.696	(340)
Baixa de ativos disponíveis para venda	5	50	-	50	-
Equivalência patrimonial		-	(31.025)	(17.659)	-
Juros, variações monetárias e variações cambiais		201.473	196.235	188.165	196.235
Apropriação de custos de captação		5.565	5.498	5.498	5.498
Baixa de depósitos judiciais		2.919	4.983	2.919	4.983
Custo financeiro da securitização	6	236.595	-	236.595	-
Constituição (reversão) de provisões					
Reversão de provisão para litígios	11	(147.049)	(59.969)	(147.049)	(60.805)
Provisão de Incentivo de longo prazo		(5.168)	4.087	(5.168)	4.087
Reversão de impairment de ativo imobilizado e intangível		-	(230.924)	-	(230.924)
Provisão (reversão) de obrigações socioambientais		(2.611)	3.907	(2.611)	3.907
Atualizações de saldos					
Ativos indenizáveis pela União	6	(262.264)	(2.421.617)	(262.264)	(2.421.617)
Provisão para litígios	11	45.877	96.884	45.877	96.884
Depósitos judiciais		(12.751)	(13.907)	(12.751)	(13.907)
Benefícios pós-emprego		175.163	159.869	175.163	159.869
Efeito da migração benefícios pós-emprego		-	(20.148)	-	(20.148)
Custo do serviço de benefícios pós-emprego		-	87	-	87
Ajuste a valor presente					
Ajuste a valor presente pela securitização ativos indenizáveis	6	(218.444)	-	(218.444)	1.860
Realização de ajuste a valor presente dos ativos indenizáveis	6	(11.518)	229.962	(11.518)	228.102
Obrigações socioambientais		14.041	10.702	14.041	10.702
UBP - Uso do bem público		3.754	5.400	3.754	5.400
Contratos futuros de energia		-	(8.209)	-	(8.209)
Arrendamentos		5.605	116	-	116
Total		1.010.078	1.123.440	943.385	1.101.890

Decréscimo (acréscimo) em ativos					
	2023	2022	2023	2022	
Contas a receber de clientes		80.552	17.700	38.946	(22.050)
Ativos indenizáveis pela União	1.2.1(a)	4.164.648	-	4.164.648	-
Tributos a recuperar		(24.028)	(20.468)	(24.499)	(27.301)
Ativo a recuperar		(625)	(625)	(625)	(625)
Despesas antecipadas		4.604	4.083	4.207	4.149
Cauções e depósitos judiciais		15.509	29.622	15.509	29.633
Demais créditos e outros ativos		1.821	(8.125)	1.160	(7.721)
Acréscimo (décrescimo) em passivos					
Fornecedores		(70.933)	(22.653)	(16.440)	3.127
Instrumentos financeiros derivativos		-	(12.699)	-	(8.288)
Tributos a recolher		(40.575)	30.560	(20.029)	20.955
Pagamentos a beneficiários pós-emprego		(110.899)	(58.169)	(110.899)	(58.169)
Efeito migração benefícios pós-emprego - planos CD		-	(306.015)	-	(306.015)
Encargos setoriais		1.294	1.665	1.294	1.665
Pagamentos de litígios, obrigações e acordos judiciais		(117.617)	(162.917)	(117.617)	(162.917)
Pagamento de obrigações socioambientais		(22.809)	(36.585)	(22.809)	(36.585)
Pagamento de UBP - Uso do bem público		(44.423)	(42.773)	(44.423)	(42.773)
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(2.315)	(3.022)	(2.879)	(2.544)
Demais obrigações e outros passivos		(14.176)	(20.050)	(20.515)	(19.365)
Caixa gerado nas operações		4.821.519	492.971	4.780.621	447.066
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures		(111.012)	(115.424)	(111.012)	(115.424)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(597.833)	(21.146)	(589.593)	(18.743)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		4.112,67	356,401	4.080,020	312,899

Fluxo de caixa das atividades de investimento					
	2023	2022	2023	2022	
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		111.595	(12.784)	111.595	(12.784)
Aplicação em fundo reserva		(14.110)	-	(13.300.000)	-
Aumento de capital em controladas		-	-	-	-
Recebimento de dividendos		-	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.705.534)	(15.547)	(16.618)	(10.112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.608,049)	(28,331)	(1.230,377)	(22,896)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
	2023	2022	2023	2022	
Liquidação de debêntures		(74.993)	(75.000)	(74.993)	(75.000)
Liquidação de arrendamentos		(6.189)	(965)	-	(965)
Pagamento de dividendos	1.2.2(b)	(2.500.004)	(9)	(2.500.004)	(9)
Captações de recursos		348.208	-	-	-
Custo da captação de recursos		(3.174)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.236,152)	(75,974)	(2,574,997)	(75,974)

Acrescimento (décrescimo) em caixa e equivalentes de caixa					
	2023	2022	2023	2022	
Acrescimento de caixa e equivalentes de caixa		268.477	252.096	274.646	214.029

Efeito no caixa de empresas adquiridas incluídas na consolidação					
	2023	2022	2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.116.552	428.231	590.570	376.541
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.385.029	1.116.552	865.216	590.570

Principais transações que não afetaram o caixa					
	2023	2022	2023	2022	
Aumento de capital - via transferência de ativos		-	496.075	-	496.075
Aquisição de investimentos - via aumento de capital		-	-	-	(496.075)

Notas Explicativas				
--------------------	--	--	--	--

1. Considerações gerais

1.1 Contexto operacional: A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia é subsidiária integral da Auren Energia S.A. ("Auren"). Em conjunto com suas controladas CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora"), Jaiba V Holding S.A. ("Jaiba V") e SF 648 Participações Societárias S.A. ("SF 648 Participações Societárias"), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração. Mantém outras atividades correlatas, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como uma ferramenta de manter a qualidade do ambiente onde atua. A Companhia, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica, uma delas operando no regime de preço e outra no regime de cotas (UHE Paratubana), somando 1.627 MW de capacidade instalada e 935 MW médios de garantia física de energia. Após assinatura do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) (UHE Porto Primavera), que prolongou o prazo de concessão para 2056, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Adicionalmente, a controlada Jaiba V tem como objetivo desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de energia elétrica por fonte solar. O complexo solar, que terá 500 MWdc de capacidade instalada e será uma das maiores usinas solares do país, encontra-se em fase pré-operacional de construção com expectativa de entrada em operação comercial a partir do primeiro trimestre de 2024 a prazo de término da autorização em fevereiro de 2025. 1.2 Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: 1.2.1 Principais eventos operacionais: (a) Securitização do saldo a receber do acordo com a União Federal referente aos ativos indenizáveis: Em 16 de junho de 2023, a controladora Auren celebrou, na qualidade de interveniente anuente, contrato de cessão de aquisição de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual foi cedido, a determinada Companhia de securitização True Securitizadora S.A., em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação, a totalidade dos direitos creditórios decorrentes do acordo judicial firmado entre a Companhia e a União Federal, visando a indenização pela reversão de bens não amortizados ou não depreciados da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. Em contrapartida à referida cessão, a Companhia recebeu o valor de R\$ 4.164.648 no dia 27 de junho de 2023 e, com base no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, o ativo financeiro que estava reconhecido no ativo circulante e não circulante, na rubrica "Ativo indenizável pela União", foi integralmente realizado. O montante realizado foi de R\$ 4.401.243, sendo R\$ 4.164.648 pelo recebimento em caixa da referida cessão e R\$ 236.595 como custo da operação, que foi lançado como despesa financeira na rubrica "Custo financeiro da securitização". Além disso, houve a reversão da provisão de R\$ 218.444 da parcela correspondente ao ajuste a valor presente reconhecido sobre o saldo do ativo indenizável, resultando assim efeito líquido de despesa no resultado financeiro do exercício de R\$ 18.151. (Notas 5 e 9). (b) Tributação sobre ganho na indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos: Conforme nota explicativa 1.2.1 (e) das demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em 07 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou acordo judicial com a União Federal visando a indenização pela reversão de bens não amortizados ou não depreciados em relação à Usina Hidrelétrica Três Irmãos, resultando no reconhecimento de R\$ 3.909.017 como Ativos indenizáveis pela União, mediante a reclassificação de R\$ 1.717.362 da rubrica "Ativo sujeito à indenização" e de R\$ 2.191.655 a título de atualização monetária, líquida de ajuste a valor presente, em contrapartida ao Resultado financeiro. Em 10 de janeiro de 2023, foi proferida sentença de homologação judicial do referido acordo, sendo extinto o processo, com resolução de mérito. E, por fim, em 17 de janeiro de 2023, foi certificado o trânsito em julgado e o processo foi definitivamente arquivado. Por entender, em conjunto com seus assessores jurídicos, que não há incidência de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS sobre os ganhos referentes à atualização da verba indenizatória recebida, a CESP formalizou uma Solução de Consulta junto à Receita Federal do Brasil ("RFB") a fim de confirmar tal entendimento. As Soluções de Consulta foram encaminhadas à RFB no mês de janeiro de 2023. (i) Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"): Em 17 de agosto de 2023, a Companhia recebeu a resposta da Solução de Consulta encaminhada à Receita Federal do Brasil ("RFB"), acerca da incidência ou não do IRPJ e da CSLL sobre o ganho referente à atualização da verba indenizatória decorrente do acordo judicial celebrado com a União Federal. Na resposta à Solução de Consulta, a RFB pontuou que os juros moratórios, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC"), incidentes sobre verba indenizatória definida em acordo homologado judicialmente devem ser computados na apuração do lucro real tanto para fins de IRPJ quanto para CSLL. Como consequência, em 15 de setembro de 2023 a CESP realizou o pagamento no valor de R\$ 578.016 e título de IRPJ e CSLL, após a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e de créditos tributários. O total de despesa reconhecido no resultado da Companhia sobre o efeito de Três Irmãos foi de R\$ 912.430, sendo R\$ 608.660 relativo à despesa de IRPJ e CSLL correntes e R\$ 303.770 pela parcela dos tributos diferidos revertidos em razão da compensação sobre a base de cálculo. (ii) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Em 29 de setembro de 2023, a Companhia recebeu também a resposta

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade: (a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, equivalentes às demonstrações financeiras padronizadas contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de valores Mobiliários ("CVLM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee "IFRIC", ou pelo seu órgão acessório, Standing Interpretations Committee (SIC) (Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, e requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (b) Aprovação das demonstrações financeiras: O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, em 07 de fevereiro de 2024, autorizando sua divulgação. 2.2 Base de apresentação: A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). 2.4 Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes. (a) Controladas: As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. 2.5 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia. Alterações no CPC 32/IAS 12 "Tributos sobre o lucro". A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2023, a alteração ao CPC 32/IAS 12 a qual requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou um passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. (b) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2023: A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis. (i) CPC 50 - Contratos de seguros - Adoção inicial; (ii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis - Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis; (iii) CPC 23 - Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis; (iv) CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture - Prover guidance para situações que envolvam a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas. (c) Normas e interpretações contábeis ainda não adotadas pela Companhia: As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se esperam efeitos significativos para a Companhia e suas controladas:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standards Board ("ISSB") - IFRS S1 e IFRS S2: Conforme

← continuação **CESP - Companhia Energética de São Paulo** - CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

Notas Explicativas

	2023		2022	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Receitas com energia	1.387.732	392.912	3.111.761	705.693
Contratos wholesale	3.872.222	404.199	2.588.957	635.832
Partes relacionadas (Nota 20)	2.014.800	613.584	2.017.255	572.097
Contratos regulados	-	31.820	-	22.288
Energia de curto prazo - CCEE	7.274.754	1.442.515	7.717.973	1.935.910
Suprimento em regime de cotas - UHE Parabuna	-	32.584	-	18.850
Outras receitas	-	4.182	-	4.865
	7.274.754	1.479.261	7.717.973	1.959.626
Despesas sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	-	(136.759)	-	(180.315)
ICMS sobre receitas operacionais	-	(314)	-	(10.055)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(52.174)	-	(40.443)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(12.679)	-	(17.110)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	(5.927)	-	(5.435)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	(1.321)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(209)	-	(205)
	-	(208.062)	-	(254.484)
Receita líquida	7.274.754	1.271.219	7.717.973	1.705.141

(*) MWh Megawatt-hora - não auditado.
(i) A variação negativa da receita refere-se à cessão de contratos realizada em 2022 para a Auren Comercializadora.

5. Custos e despesas

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo com energia elétrica				
Energia comprada	(161.853)	-	(161.853)	(831.172)
Encargos de uso da rede elétrica	(221.533)	-	(221.533)	(209.484)
Depreciação e amortização	(387.637)	(2.774)	(390.411)	(404.119)
Pessoal				
Pessoal	(22.698)	(36.817)	(59.515)	(85.366)
Materiais				
Materiais	(2.499)	(728)	(3.227)	(2.442)
Serviços				
Serviços de terceiros	(17.690)	(34.974)	(52.664)	(56.750)
Serviços de manutenção e conservação	(4.719)	(466)	(5.210)	(4.916)
Outros				
Aluguéis	(1.088)	(194)	(1.282)	(2.715)
Seguros	-	(4.051)	-	(4.250)
Impostos, taxas e contribuições	(514)	(1.266)	(1.780)	(3.496)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	(2.746)	(5.023)	(4.154)	(11.923)
Demais despesas				
Baixa de ativos disponíveis para venda	-	-	(50)	(50)
Baixa de imobilizado	-	-	(10.696)	(10.696)
Reversão de provisão de ativos indenizáveis pela União	-	-	-	8.209
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos	-	-	-	(385.890)
Reversão (provisão) de ativos indenizáveis - canal e eclusa	-	-	-	(248.724)
Reversão (provisão) de impairment de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	230.924
Reversão (provisão) para litígios (i)	-	-	137.655	137.655
Benefício pós-emprego	-	-	-	(87)
Recuperação de tributos socioambientais	-	-	2.201	2.201
Provisão para obrigações socioambientais	-	-	2.611	2.611
Garhio na venda de ativo imobilizado	-	-	7.280	7.280
Baixa de depósitos judiciais	-	-	2.426	2.426
Total	(383.386)	(439.591)	(86.318)	(1.282.878)

8. Imobilizado

Política contábil: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **Custos socioambientais:** Refere-se aos custos socioambientais relativos à Licença de Operação da UHE Porto Primavera, relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas às instalações da referida UHE. Para estes custos foi elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos são amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

8.1 Composição e movimentação:

	Reservatórios, barragens e adutorias		Edificações, obras civis e benfeitorias		Máquinas e equipamentos		Veículos		Móveis e utensílios		Custos socioambientais		Em andamento (i)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Custo	302.747	8.750.749	2.265.448	2.657.751	6.119	3.499	223.455	75.303	14.285.071	14.210.950				
Provisão para impairment	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.445.982)				
Depreciação acumulada	(33.247)	(4.024.869)	(1.525.793)	(1.680.372)	(5.135)	(1.590)	(67.694)	-	(7.338.700)	(7.042.544)				
Saldo líquido inicial do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	75.303	5.731.313	5.722.424				
Adições (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.819.712	1.819.712	15.533			
Baixas	-	(94)	(781)	(9.779)	(21)	(21)	-	-	(10.696)	(10.696)	-			
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.133)	(24.133)	25.435			
Transferências (ii)	-	(24)	175	7.371	810	491	-	-	(10.487)	(10.487)	-			
Depreciação (iii)	(7.792)	(166.560)	(44.685)	(75.062)	(88)	(125)	(29.767)	-	(324.079)	(319.808)	-			
Reversão para impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230.924			
Empresas incluídas na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56.805			
Saldo final do exercício	230.409	3.873.838	462.316	633.562	1.685	2.254	101.861	16.203	5.322.128	5.668.596				
Custo	302.747	8.750.749	2.262.945	2.623.442	8.400	3.615	199.322	16.203	14.167.250	14.222.354				
Provisão para impairment	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.215.058)				
Depreciação acumulada	(41.039)	(4.191.374)	(1.568.581)	(1.723.533)	(6.715)	(1.361)	(97.461)	-	(7.662.779)	(7.338.700)				
Saldo líquido final do exercício	230.409	3.873.838	462.316	633.562	888	2.254	101.861	16.203	5.322.128	5.668.596				
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	2,7%	2,3%	2,9%	5,4%	3,9%	10,0%							

(i) As adições que ainda não resultaram em saída de caixa (compõem o saldo em aberto de fornecedores) perfazem o valor de R\$ 114.655. O saldo de adições deve-se substancialmente à construção do projeto Sol de Jaíba. (ii) Em 2023 o saldo refere-se às transferências realizadas da classe de "Obras em andamento" do imobilizado para a classe de "Softwares" do intangível.

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil: A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que verifique ganhos adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **a) Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer interpretações divergentes entre as autoridades fiscais e as companhias. Portanto, o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22) visa tratar especificamente da contabilização e divulgação

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício				
Atualizações (Nota 6)	5.639	384	5.096	34.758
Provisão/(reversão) (i)	7.968	2.274	(158.829)	(147.049)
(-) Pagamentos	(26.161)	(139)	(15.233)	(67.538)
Saldo final do exercício	64.939	7.041	46.201	865.114
Circulante	39.003	1.057	2.192	65.489
Não circulante	25.936	5.984	43.829	799.625
Saldo no final do exercício	64.939	7.041	46.201	865.114

(i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados.

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício				
Atualizações (Nota 6)	77.493	5.258	53.884	1.046.723
Provisão/(reversão) (i)	5.639	384	5.096	34.758
(-) Pagamentos	(26.161)	(139)	(15.233)	(67.538)
Saldo final do exercício	64.939	7.041	46.201	865.114

(i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados.

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício				
Atualizações (Nota 6)	77.493	5.258	53.884	1.046.723
Provisão/(reversão) (i)	5.639	384	5.096	34.758
(-) Pagamentos	(26.161)	(139)	(15.233)	(67.538)
Saldo final do exercício	64.939	7.041	46.201	865.114

(i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados.

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício				
Atualizações (Nota 6)	77.493	5.258	53.884	1.046.723
Provisão/(reversão) (i)	5.639	384	5.096	34.758
(-) Pagamentos	(26.161)	(139)	(15.233)	(67.538)
Saldo final do exercício	64.939	7.041	46.201	865.114

(i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados.

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício				
Atualizações (Nota 6)	77.493	5.258	53.884	1.046.723
Provisão/(reversão) (i)	5.639	384	5.096	34.758
(-) Pagamentos	(26.161)	(139)	(15.233)	(67.538)
Saldo final do exercício	64.939	7.041	46.201	865.114

(i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados.

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício				
Atualizações (Nota 6)	77.493	5.258	53.884	1.046.723
Provisão/(reversão) (i)	5.639	384	5.096	34.758
(-) Pagamentos	(26.161)	(139)	(15.233)	(67.538)
Saldo final do exercício	64.939	7.041	46.201	865.114

(i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados.

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício				
Atualizações (Nota 6)	77.493	5.258	53.884	1.046.723
Provisão/(reversão) (i)	5.639	384	5.096	34.758
(-) Pagamentos	(26.161)	(139)	(15.233)	(67.538)
Saldo final do exercício	64.939	7.041	46.201	865.114

(i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados.

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes